

Os bancos credores ficaram satisfeitos com a retomada dos pagamentos de juros da dívida em 91. Mas continuam exigindo do governo o pagamento dos atrasados.

Sinda Est

Proposta anima credores, mas não muito.

Os bancos credores receberam bem a decisão do governo brasileiro de retomar em 1991 o pagamento dos juros da dívida externa, mas estão desapontados com a recusa da equipe econômica em tratar dos juros atrasados, que somam US\$ 8,5 bilhões. "Continua existindo um amplo fosso entre o comitê de bancos e o governo brasileiro nesta questão", reconheceu ontem o presidente do Citicorp, William Rhodes, que encabeça também o comitê assessor dos bancos por representar o principal credor do País.

A declaração de Rhodes, divulgada através de um porta-voz, recomenda indiretamente aos governos dos países industrializados e aos organismos de crédito multilaterais — como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Bird) — que mantenham a pressão sobre o Brasil. O impasse em torno dos juros atrasados está amarrando as negociações com os credores oficiais do País, e com isso continuam fechados para o País os créditos dos organismos multilaterais.

"O governo brasileiro enganou-se e fez este gesto pensando nos credores oficiais", afirmou um banqueiro ouvido pelo correspondente **Paulo Sotero**. Uma outra fonte bancária classificou a proposta brasileira como "um cheque no correio": os credores receberão só no final de março a

maior parte dos pagamentos, já que esta é a época de vencimento de 85% do montante coberto pela proposta. De acordo com uma fonte ligada ao comitê dos bancos, não haverá acordo sem o pagamento de ao menos parte dos juros atrasados, mas as negociações poderiam deslanchar a partir de um desembolso de 30% dos juros vencidos desde a retomada das negociações da dívida, em outubro — o que corresponde a aproximadamente US\$ 200 milhões.

Apesar das dificuldades junto aos credores privados, o governo continua seus esforços para romper o isolamento junto às instituições oficiais. O negociador extraordinário da dívida, embaixador Jório Dauster, reuniu-se na noite de ontem em Washington com o diretor do FMI, Michel Camdessus, para convidar uma missão do Fundo a visitar o País em janeiro e renegociar a carta de intenções assinada em setembro — mas que foi rejeitada pelo FMI, sob pressão dos países desenvolvidos.

De acordo com o coordenador de Política Fiscal do Ministério da Economia, Geraldo Biazotto, as metas listadas na carta estão superadas. Entre os números a serem corrigidos está a previsão de uma inflação mensal média de 7% no terceiro trimestre de 91. A nova carta de intenções deverá abranger os 18 meses posteriores à sua elaboração, mas não existe ainda uma data para a retomada das negociações com o FMI.